

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARGARETE FRANCO

**INCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA SALA
DE AULA**



CURITIBA

2016
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

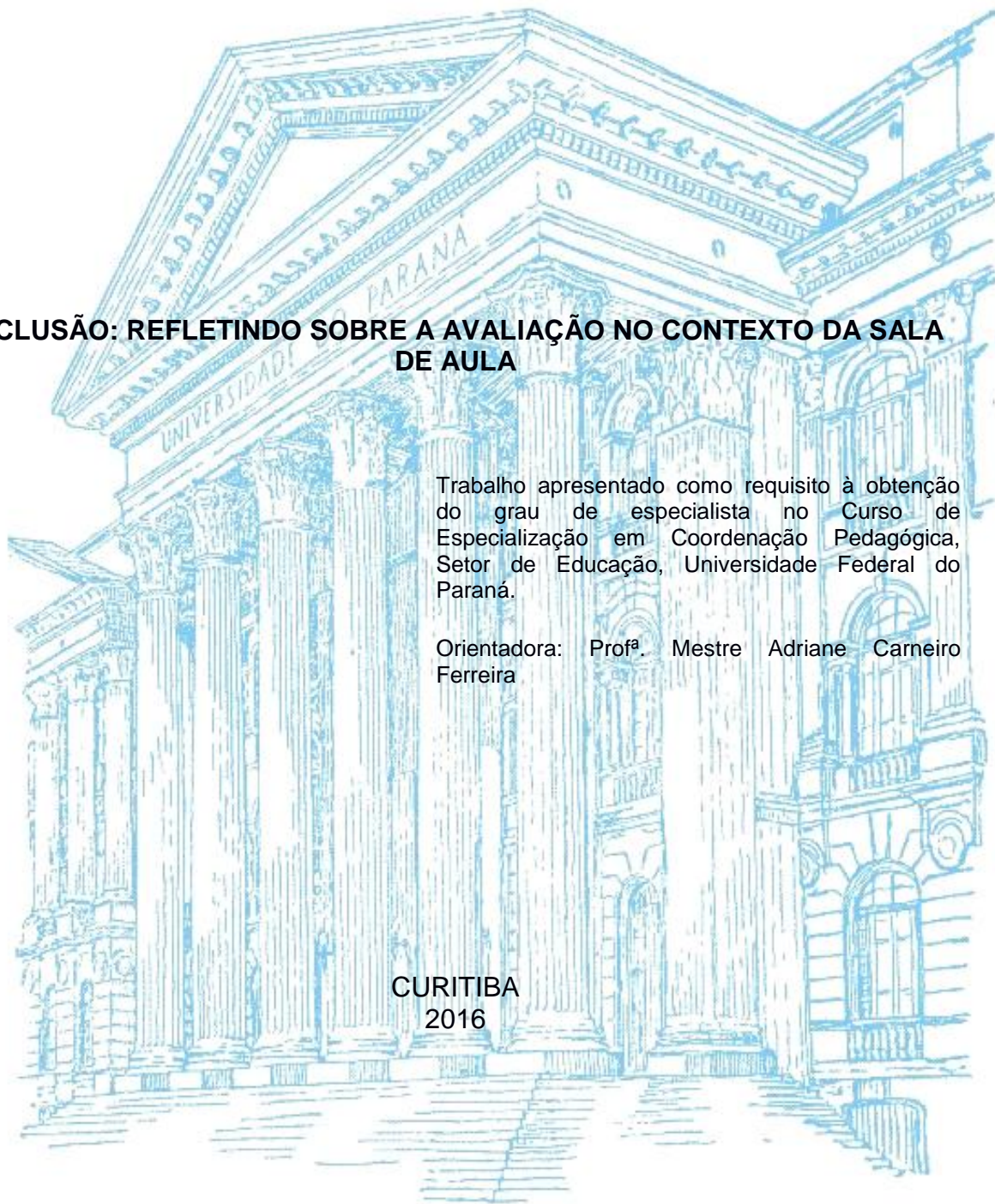
MARGARETE FRANCO

INCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Mestre Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA
2016



INCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

MARGARETE FRANCO*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo obter informações sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino comum, bem como o processo de ensino aprendizagem, encaminhamentos metodológicos, com enfoque na avaliação no contexto escolar nas escolas nos anos iniciais. Desta forma, procurou-se descrever e analisar o fenômeno da avaliação no ensino comum, com relação às necessidades educacionais especiais. Para atingir estes dados, foram envolvidos oito profissionais com formação em pedagogia, sendo três destes com especialização na área de educação, e cinco profissionais da equipe pedagógica das escolas, especialistas na área de educação bem como uma profissional da equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e uma pedagoga. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório, tendo por finalidade levantar, registrar, investigar e descrever, com a maior exatidão possível, esta realidade para uma possível reflexão e a partir da análise crítica, contribuir, para a inclusão de todos os alunos com qualidade. Com relação aos encaminhamentos metodológicos realizados pelos docentes, observou-se que cada professor faz uso de uma metodologia de ensino, voltado para o grupo de alunos de modo geral, ficando evidente a necessidade de adaptações do método de ensino às necessidades de cada educando, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender o modo que cada um tem para aprender.

Palavras-chave: Avaliação no Contexto Escolar. Necessidades Educacionais Especiais. Ensino Aprendizagem.

*Artigo produzido pela aluna Margarete Franco, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Mestre Adriane Carneiro Ferreira. E-mail: margo.franco@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O interesse por essa temática surgiu devido à dificuldade que muitas Escolas Especiais encontram para incluir alunos especiais no ensino comum. Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo obter informações sobre o processo de ensino aprendizagem e encaminhamentos metodológicos, com enfoque na avaliação escolar dos alunos inclusos no ensino comum, com necessidades educacionais especiais, como algo a ser desenvolvido e compartilhado nas escolas. Segundo Carvalho (2001, p. 39):

Para incluir, com sucesso, um aluno com características diferenciadas na turma comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que ele se integre: educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores. Tarefa complexa, sem dúvida, mas necessária e possível (CARVALHO, 2001, p.39).

A partir da problemática proposta, levanta-se como hipótese de pesquisa, que os cursos de formação não oferecem informações necessárias para que os professores avaliem seus alunos no contexto geral e muito menos com relação às necessidades educacionais especiais, o que acarreta defasagens no momento de condução do processo avaliativo.

Neste sentido, configuram-se como objetivos específicos desta pesquisa identificar quais os procedimentos necessários para uma avaliação que venha de encontro à realidade dos alunos com necessidades educativas especiais, inclusos no ensino comum, bem como, quais os procedimentos metodológicos utilizados para o sucesso e permanência do aluno na escola.

Devido às controvérsias existentes em relação à terminologia Necessidades Educacionais Especiais, legalizada no Art. 58 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/96, faz-se necessário explicitar que neste trabalho o termo necessidades educacionais especiais, assim como, alunos especiais, diferentes ou deficientes, refere-se às pessoas que possuem algum tipo de déficit cognitivo físico, sensorial, social ou de linguagem. Diz respeito também àqueles

alunos que devido às características individuais, necessitam de intervenções pedagógicas ou médicas em casa, na escola e na comunidade, ou então, de programas, currículos, recursos, avaliação e/ou materiais escolares adaptados.

Acredita-se que partindo das reflexões obtidas dos profissionais envolvidos, possamos observar como ocorre o processo avaliativo dos alunos com deficiência, inclusos nas escolas de ensino comum pesquisadas, se estas oportunizam condições de justiça, ressaltando a possibilidade da escola conviver com as diferenças sociais e individuais de cada um.

2 AVALIAÇÃO NO CONTEXTO GERAL

O sentido etimológico do termo “avaliação” descrito no dicionário Aurélio (1999), refere-se ao ato de “determinar o valor”, por meio de um processo de apreciação, de ajuizamento ou de análise das características observadas em pessoas, objetos, fatos ou fenômenos. Sobre esta ótica, Luckesi (1996) propõe a substituição da expressão “juízo de valor” por “juízo de qualidade”, onde segundo as suas considerações, o termo valor possui uma significação sócio-filosófico-político abrangente que ultrapassa os limites institucionais da avaliação da aprendizagem, que subsidia as decisões do processo ensino-aprendizagem.

Além dessa razão, pode-se acrescentar o aspecto quantitativo que o termo “valor” sugere. Tal observação reveste-se da maior importância, principalmente porque, tratando-se da avaliação que se realiza na escola, constata-se que na maioria das vezes diz respeito à aprendizagem do aluno e as técnicas usadas, com o objetivo de medir seu rendimento escolar.

Nesta perspectiva, a avaliação tem sido utilizada como julgamento do aluno, atribuindo-se valores ou conceitos que, supostamente, mensuram o que ele aprendeu, ou não, e que os promovem ou retém. Conforme se analisa, ela tem servido como instrumento de controle social, pois produz seletividade e exclusão. Porém, pode-se romper, ao menos parcialmente, com essa visão se a

compreensão acerca das concepções do processo pedagógico, do acompanhamento da aprendizagem for ampliada, havendo a conseqüente reflexão sobre a ética e a responsabilidade social que deve existir com os processos de avaliar, ensinar e aprender.

De acordo com Luckesi (1996) a avaliação corresponde a um processo contínuo, sustentado em observações cotidianas, que direcionam o trabalho docente, priorizando o aluno integralmente, suas capacidades e necessidades. Atualmente, predominam várias formas avaliativas que podem ser consideradas como instrumentos de exclusão, pois se pautam em uma cultura hegemônica, onde o aluno é classificado e excluído. Perante esta situação, o professor deve compreender que a avaliação não está dissociada do contexto do trabalho pedagógico.

Ainda segundo as considerações de Luckesi (1996) a avaliação escolar tem como objetivo principal conhecer o ponto de partida e o ponto de chegada de cada educando. Assim, de nada adianta querer mudar o sistema avaliativo se o trabalho pedagógico for unilateral. Portanto, partindo do pressuposto que cada aluno aprende e se apropria do conhecimento de forma e ritmo diferentes, é indispensável que haja uma coerência interna nos instrumentos de avaliação, sendo importante que todos se concentrem nos critérios dos objetivos que foram definidos. Tal medida servirá para avaliar se o ensino está condizente com a aprendizagem esperada.

Ao que corresponde à avaliação dos alunos com necessidades especiais, a mesma tem sido um tema constante nas discussões entre os profissionais envolvidos na área da educação, necessitando de direcionamento pedagógico e sistematizado nas políticas públicas que estejam em consonância com a atual proposta de Inclusão Educacional. Atualmente, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná, propõe uma política de Avaliação no Contexto Escolar, orientando o processo educacional visando à remoção de barreiras para a aprendizagem.

Nessa intenção a prática avaliativa, objetiva analisar não apenas as

condições atuais do desempenho escolar do aluno, mas as habilidades emergenciais nos aspectos socioculturais, relação professor-aluno e no contexto educacional como um todo. Trata-se de uma prática de cunho não classificatório e seletivo, que visa romper com uma visão de prática excludente. Assim, a avaliação no contexto escolar deve estar em consonância com as bases filosóficas, legais e teórico-metodológicas, que norteiam o Projeto Político Pedagógico da escola, o qual se baseia nas políticas educacionais atuais, expressas pela legislação em vigor.

A compreensão das concepções e das tendências filosóficas, tanto de sociedade como de educação, constituem condições fundamentais para os educadores e políticas governamentais. Essa compreensão implica na ampliação dos níveis de consciência sobre o pensar e o fazer pedagógico, focando ações mediadoras entre a teoria e a prática na escola, e como espaço de apropriação e construção do saber social.

Uma política pública de inclusão deve prover às pessoas que apresentam alguma necessidade educacional especial acesso as informações e serviços de saúde, educação e bem-estar social, mesmo que se faça necessária provisão de materiais adaptados. Portanto, as pessoas com necessidades educacionais especiais, devem receber serviços para otimização do seu bem-estar físico, mental e funcional, para o fim de lhes ser assegurado uma vida autônoma e independente.

Uma mensagem transmitida na Conferência Mundial da UNESCO¹, sobre Necessidades Educacionais Especiais declara que “[...] a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”. No âmbito educacional, os movimentos internacionais ocorridos em 1990 (Jomtien, Tailândia) e em 1994 (Salamanca, Espanha), possuem princípios voltados para os mesmos ideais, segundo Carvalho:

¹ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

O primeiro [...] resultou a Declaração Mundial de Educação para Todos, contendo uma série de recomendações voltadas à melhoria de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, para qualquer aluno; o segundo resultou a Declaração de Salamanca que reintera as recomendações de Jomtien e enfatiza a urgência de atendermos às necessidades de nossos alunos, evitando-se todas as práticas discriminatórias e excludentes, principalmente aquela que apresentam dificuldades de aprendizagem, temporárias ou permanentes (CARVALHO, 2005, p.35).

Os documentos acima mencionados enfatizam o direito dos alunos em aprender, igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade humana e a multiplicidade de interesses e necessidades de cada um. Fato que constitui um princípio democrático que deve nortear as discussões e os processos deliberativos, na escola, resultando na gestão compartilhada (CARVALHO, 2001).

É importante salientar, que os envolvidos no processo de ensino possuem a responsabilidade de buscar respostas educacionais adequadas a todos os alunos que apresentem ou venham a apresentar necessidades educacionais especiais ou não, respeitando-os em suas múltiplas diferenças.

Como documento regulador deste processo, a Deliberação nº 02/03 do Conselho Estadual de Educação (CEE), no capítulo V, traz que a avaliação deve ocorrer no contexto escolar para a identificação das necessidades educacionais do aluno, frente à tomada de decisões quanto aos recursos e apoios necessários à sua aprendizagem.

3 AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: PRESSUPOSTOS

É evidente que cada situação deverá ser analisada no contexto escolar, pois é neste que deve ser encontrado a maioria das respostas educativas às necessidades individuais de cada educando. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC):

A avaliação, enquanto processo, tem como finalidade uma tomada de decisão que direcione as providências para a remoção das barreiras identificadas, sejam as que dizem respeito à aprendizagem ou à participação dos educandos, sejam as que dizem respeito a outras variáveis extrínsecas a eles e que possam estar interferindo em seu desenvolvimento global (BRASIL,2006,p.09).

Entre muitas concepções teórico-metodológicas a interacionista, conforme orientações da SEED/DEE ²(2006) é a que melhor subsidia a Avaliação no Contexto Escolar, pois permite identificar o conhecimento, através de uma visão da relação sujeito/objeto, em que se afirma, ao mesmo tempo, a objetividade do mundo (objetos e instrumentos culturais, sala de aula, etc.) e a subjetividade (consciência, aspectos qualitativos, potencialidades, dificuldades do aluno), identificando esta relação no contexto educacional.

Assim, uma avaliação que se fundamenta nesta concepção, sustenta que todo conhecimento provém da prática social e a ela retorna, e a de que o conhecimento é um empreendimento coletivo, não podendo ser produzido na solidão do sujeito, mesmo porque essa solidão é impossível (GIUSTA, 1985).

Desta forma, para identificar a realidade em que se encontra inserido o aluno, faz-se necessário utilizar os procedimentos adequados a cada caso, entre eles: entrevista com professores, com as famílias, com os alunos e com a equipe pedagógica da escola. A avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais é entendida como imprescindível para a escolha dos recursos e apoios necessários para uma aprendizagem efetiva.

Ainda, a avaliação faz parte do dia-a-dia de todos os profissionais da educação e aplica-se a qualquer prática, seja ela educacional, social, ou outra. A mesma implica, sempre, na relação entre quem avalia – avaliador - e quem é avaliado, cabendo ao primeiro apreciar, refletir, analisar determinados aspectos, ou seja, o que será avaliado e considerado como significativo.

Neste processo avaliativo, há julgamento, e este se processa em um contexto de valorização, o que requer os devidos cuidados com o uso do poder e com a maior ou menor influência da subjetividade no ato de julgar. Para Luckesi (1996, p. 28) “[...] a avaliação não existe por si, mas para a atividade a qual serve, e ganha às conotações fisiológicas, políticas e técnicas que subsidie”. Hoffmann

² Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná /Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, atualmente denominado de DEEIN/Formação em Ação.

(1993, p.84) complementa que para este processo, é necessário:

[...] ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno e atribuir significado ao que se observa em sua tarefa, valorizando ideias, dando importância a suas dificuldades, sugerindo-lhes o seu próprio prestar atenção.

A proposta da avaliação no contexto escolar deve ser contínua, de forma a verificar os vários momentos de desenvolvimento do aluno, já que a ideia é dar ênfase também à comparação do aluno com seu próprio desenvolvimento, ao invés de apenas comparar o seu rendimento, em um dado momento, com parâmetros externos a ele.

Segundo Vygotsky (1987, p.09):

Na prática educacional da escola a avaliação, não deve apenas ser utilizada como instrumento de classificação e seleção, valorando apenas momento atual de aprendizagem do aluno. Neste sentido, proceder à avaliação no contexto escolar, significa levar-se em consideração a prática docente e o aluno como sujeito do processo de ensino e de aprendizagem, tendo como objetivo propiciar a autonomia deste aluno, que é indissociavelmente social, moral e intelectual.

Esta concepção de avaliação possibilita a identificação dos sucessos, das dificuldades e fracassos, apoiando encaminhamentos e tomadas de decisões sobre ações necessárias, sejam elas de natureza pedagógica, estrutural ou administrativa. As informações obtidas durante este processo permitem conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor acerca da realidade avaliada e possibilita também, tomar decisões educativas, sociais e terapêuticas, para prevenir possíveis distorções ou disfuncionalidades, ou para modificar e, em suma, aperfeiçoar, quando necessário, a realidade avaliativa.

Conforme se infere, esta avaliação configura-se tanto como uma prática de investigação do processo educacional quanto um meio de transformação da realidade escolar. E, é a partir da observação, da análise, da reflexão crítica e do registro sobre a realidade/contexto, pelos profissionais envolvidos nesse modo de avaliar, que se estabelecem as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e de aprendizagem, subsidiando informações a fim

de melhorar a ação docente do professor e a aprendizagem dos educandos.

Reafirmando a função do ato avaliativo, Hadji (2001, p.20) compreende que o processo de ensino-aprendizagem deve transcender o trabalho do disciplinamento e da compensação educativa e deve tornar-se “[...] formativa na medida em que se inscreve em um projeto educativo, deixando de lado qualquer outra preocupação”.

De modo complementar, as Diretrizes da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (SEED/SUED/DEE³,2006), ressaltam a importância durante o processo de ensino-aprendizagem, da Avaliação no Contexto Escolar, para a identificação das necessidades peculiares de cada aluno e os possíveis apoios pedagógicos, especializados ou não, para cada caso.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo está fundamentado em uma pesquisa qualitativa, que adota como metodologia a análise documental associada a levantamento bibliográfico, aliada a uma base empírica obtida através de estudo exploratório descritivo. Procede-se desta maneira, por levar em consideração o levantamento e a descrição dos dados, envolvendo expressões subjetivas dos sujeitos investigados buscando conhecer o perfil e as concepções dos professores e pedagogos sobre o processo avaliativo nas escolas do ensino comum.

Sobre o procedimento adotado, por Barby (2005, p. 61) citando Richardson destaca que os estudos exploratórios acontecem quando: “[...] não se tem informações sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno.” E os descritivos “[...] quando se deseja descrever as características de um fenômeno”.

Desta forma, o desejo de conhecer, descrever e analisar o fenômeno da avaliação no contexto escolar no ensino comum, com relação as necessidades educacionais especiais, direcionou a presente pesquisa, para um estudo

³ SEED (Secretaria de Estado da Educação – Paraná); SUED (Superintendência da Educação Especial); DEE (Departamento de Educação Especial)

exploratório, tendo por finalidade levantar, registrar, investigar e descrever, com a maior exatidão possível, esta realidade para uma possível reflexão.

A presente pesquisa situa-se na área da educação, enfocando especificamente a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas escolas do ensino regular comum, pesquisadas, com a intenção de investigar sobre os procedimentos utilizados neste processo.

Para tanto, utilizou-se a aplicação de questionários abertos, direcionados aos professores regentes de Ensino Fundamental e a equipe pedagógica de cinco escolas municipais bem como da Secretaria Municipal de Educação de Laranjeiras do Sul. A escolha destes profissionais deve-se ao fato do interesse em obter informações sobre os procedimentos que estão sendo realizados e ainda que devam ser empreendidos com relação aos encaminhamentos metodológicos dos alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino comum desta cidade.

Para atingir estes dados, foram envolvidos oito (08) profissionais com formação em pedagogia, sendo três (03) destes com especialização na área de educação e cinco (05) profissionais da equipe pedagógica das escolas, especialistas na área de educação, bem como uma profissional da equipe técnica administrativa da Secretaria Municipal de Educação e uma pedagoga. A partir deste grupo, foi possível observar quais os encaminhamentos metodológicos que são/foram utilizados para o ensino aprendizagem dos alunos que foram encaminhados para o ensino comum e que apresentam necessidades educacionais especiais e sua relação com a avaliação.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A Avaliação é entendida como um meio de obter informações e subsídios para favorecer o desenvolvimento do aluno e o seu processo de aprendizagem. Ao dispor destas informações é possível adotar procedimentos para correções e melhorias no processo, aperfeiçoando o trabalho pedagógico na escola.

O ato de avaliar reflete sobre a atuação docente ou profissional e também

a respeito do coletivo da escola em compreender a sua função de espaço singular de construção de conhecimento. A decisão de transformar a prática avaliativa não acontece de uma hora para outra, nem de modo isolado das outras decisões prescritas na Proposta Pedagógica. A forma de se avaliar da escola e sua efetiva adoção na prática pedagógica demandam estudos e reflexões dos profissionais da educação. Pressupõe um monitoramento constante do aluno em todas as suas atitudes, comportamentos, perguntas, receios, posturas, participações e ausências.

A avaliação, entendida como acompanhamento da aprendizagem, é contínua e caracteriza-se como um mapeamento que identifica as conquistas e os problemas dos alunos em seu processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação assume caráter investigativo e processual, possibilitando a função básica da escola, que é promover o acesso e apreensão do conhecimento, constituindo-se num recurso preciso que subsidia o planejamento de novos encaminhamentos, com vistas a uma aprendizagem eficaz.

Conforme constatado, são vários os instrumentos utilizados pelos professores com relação à avaliação. Para a maioria dos docentes, ela acontece de forma contínua e permanente, se realiza por meio de observações diárias, de forma sistemática durante todo o processo de ensino aprendizagem. Segundo uma das colaboradoras, que respondeu o questionário da pesquisa:

É importante o educador repensar suas estratégias de avaliação voltada para o processo evolutivo do educando, contemplando uma formação global, contínua e integrada. Ocorre de maneira simultânea, por meio de verificação do conhecimento construído e adquirido pelo educando (COLABORADORA (1) QUESTIONÁRIO DE PESQUISA)⁴

A avaliação pedagógica é tarefa de responsabilidade do professor e se constitui numa questão a ser repensada em consonância com o esquema referencial construtivo. Neste sentido, Ferreira, destaca que:

⁴ Resguardado sobre os princípios éticos, a identidade da colaboradora, a qual corresponde a uma Pedagoga.

A avaliação tem que se envolver todo o trabalho escolar, para que seja possível determinar as forças positivas e restritivas que influenciam o processo de aprendizagem. A avaliação oferece oportunidade de colocar em prática as alternativas sugeridas para transformar o projeto educativo no sentido de torná-lo mais eficaz (FERREIRA, 1993, p. 151).

Com relação aos encaminhamentos metodológicos realizados pelos docentes, observou-se que cada professor faz uso de uma metodologia de ensino, voltada para o grupo de alunos de modo geral, ficando evidente a necessidade de adaptações do método de ensino às necessidades de cada educando, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao modo que cada um tem para aprender.

O estilo de aprendizagem que o educando com necessidades educativas especiais desenvolve ao longo de sua vida, está intimamente ligado às estratégias utilizadas pelo professor, ou seja, a aprendizagem é condicionada pelas estratégias utilizadas (SEESP/MEC, 2008).

Neste contexto, a avaliação da aprendizagem assume a função de subsidiar o professor, na medida em que ele passa a valorizar as aprendizagens individuais dos alunos, levando em conta as potencialidades e habilidades de cada um. O resultado da avaliação no contexto escolar é um importante subsídio para elaboração de uma proposta de trabalho adequada às diferentes necessidades dos educandos com necessidades educacionais especiais ou não. Sobre esta ótica, as recomendações dispostas nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial Básica mencionam em seu artigo 6º que:

Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando para tal com: a experiência do seu corpo docente, seus diretores, coordenadores e supervisores educacionais (BRASIL, 2001, p.02).

A exposição acima vem de encontro com as necessidades que o professor tem de orientação, em sua prática pedagógica, com relação ao atendimento as

necessidades educacionais especiais dos alunos. Uma das recomendações, quanto à avaliação é a observação, considerada a mais recomendada para coleta de informações e de análise no contexto escolar; diálogo constante entre avaliador, avaliado e os profissionais da escola; a análise da produção do aluno, sempre levando em consideração a proposta pedagógica da escola onde estão contidas as orientações filosóficas, teóricas e metodológicas oferecidas como subsídios à prática pedagógica da escola.

Percebeu-se neste estudo, que a formação dos professores tem um impacto significativo nos encaminhamentos metodológicos, bem como na realização de uma avaliação capaz de identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos e seus encaminhamentos, conforme relato de uma das profissionais que participaram do presente estudo:

Enquanto Instituição, estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa destes continua “não preparada” para desenvolver estratégias e metodologias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, independente de sua função, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possa a vir a proporcionar o início de uma inclusão escolar possível. (COLABORADOR (1) QUESTIONÁRIO DE PESQUISA)⁵

A formação continuada é uma das estratégias que permite ao docente buscar novas práticas, alicerçadas em novas leituras de mundo e, principalmente, da infinita riqueza das potencialidades dos seus alunos. Convém discutir o significado da formação continuada nas escolas, não podendo ser colocadas como curso oferecido aos professores para se atualizarem, mas sim, reconhecê-los como experiência do fazer pedagógico envolvendo toda comunidade escolar e com a importância de estar contemplado no projeto político pedagógico da instituição.

⁵ Resguardado sobre os princípios éticos, a identidade da colaboradora, a qual corresponde a uma Pedagoga.

Além dos conhecimentos teóricos-metodológicos, é importante que o professor tenha conhecimento, também sobre possíveis aspectos, sendo eles: neurológicos, sociais e emocionais, que tenham relevância no processo de aquisição de conhecimento e inter-relacionamento; as dificuldades mais acentuadas e suas possíveis causas; particularidades da história de vida do aluno, para auxiliar em seu planejamento.

O desempenho do trabalho do professor dependerá da operacionalização dos conteúdos. Assim, adequar os conteúdos desenvolvidos conforme os objetivos propostos são imprescindíveis para o progresso do aluno. Considerando que cada um aprende de forma diferente, é necessária a elaboração de adaptações curriculares, oportunizando ferramentas e informações adequadas para o seu desenvolvimento, com relação aos aspectos: cognitivos, psicomotores, sociais e funcionais. Fato que ocorrerá a partir da qualidade da avaliação inicial e no decorrer de todo o processo educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre os aspectos da avaliação tem sido um grande desafio tanto para educadores como para os teóricos da educação. A avaliação deve ser considerada como um momento de ampliação dos conhecimentos e consolidação da aprendizagem. O professor deve observar o desenvolvimento integral de seu aluno, comparando os resultados já obtidos, observando o seu esforço de acordo com as condições permanentes e/ou temporárias, constatando o que ele alcançou e quais suas possibilidades para o trabalho futuro.

A avaliação como foi mencionada, deve ser vista em todo contexto escolar considerada como um processo de análise. Pois a mesma tem informações relevantes para os diferentes elementos que intervêm no processo de ensino/aprendizagem, com o fim de identificar as necessidades educacionais especiais de determinados alunos que apresentam ou podem apresentar déficits no desenvolvimento pessoal, social ou acadêmico.

Torna-se primordial, que o professor analise o contexto da aprendizagem para responder às necessidades educativas especiais dos alunos. Os problemas devem ser identificados antes que se agravem. Deve haver também, um envolvimento de toda a equipe da escola para que juntos possam tomar decisões quanto ao tipo, duração e a intensidade de apoio que o aluno irá necessitar.

As informações obtidas através deste processo permitiram conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor a cerca da realidade avaliada, bem como, tomar decisões e encaminhamentos necessários, prevenindo possíveis distorções ou disfuncionalidades, ou também para modificar a realidade do aluno quando necessário.

Com tal abrangência reflexiva, foi possível constatar que a avaliação no contexto escolar possibilita a identificação dos sucessos e fracassos, apoiando encaminhamentos e tomadas de decisões sobre ações necessárias, sejam elas de natureza pedagógica, clínica, estrutural ou administrativa, configurando-se, tanto como uma prática de investigação do processo educacional, quanto um meio de transformação da realidade escolar.

É a partir das observações, da análise de dados, da reflexão crítica e do registro sobre a realidade, pelos atores envolvidos no processo de avaliação, podem ser estabelecidas as necessidades, prioridades e propostas de ações para os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos. Deve-se ainda, pautar-se na evolução dos dois paradigmas que hoje se confrontam o da humanização dos números, e a introdução de um maior rigor e credibilidade na avaliação dos processos associados ao desenvolvimento cognitivo, social e ético que os alunos exibem no desempenho de tarefas diversificadas de aprendizagem.

O professor na avaliação pode afirmar convictamente e com conhecimento de causa a respeito do processo de ensino e de aprendizagem de seu aluno, sendo o elemento integrador da prática educativa que permite obter informações e a reformulação das decisões adaptadas às necessidades e capacidades do mesmo. O professor também pode observar os alunos durante a realização das tarefas quanto ao modo como se processa a informação e como escolhe uma

solução na sua realização, o tempo de processamento e o confronto com as mesmas e em situações novas e que capacidade utiliza para isso, observar o modo que age quando se depara com uma tarefa ou situação num determinado tempo.

É de fundamental importância, que todos os profissionais da educação tenham a compreensão de que cada aluno é único, singular, original e diferente. É necessário que o professor esteja seguro, de como realizar observações em sala de aula, no recreio, na sala de educação física ou na de artes, de estar atenta a verificação do que o aluno faz sozinho, do que faz com apoio, assim como saber analisar e interpretar o que está posto no seu material e produções, portanto, a formação continuada se faz necessária, para o sucesso deste processo.

A observação permite ao professor analisar criticamente a sua atuação docente, definindo estratégias e introduzindo mecanismos de correção e de reforço das aprendizagens, para o aluno permite controlar a sua progressão na aprendizagem.

Ao fim, torna-se importante destacar que o grupo de profissionais que colaboraram com a presente pesquisa, não está alienado a concepções e práticas de um ensino meramente tradicional. Conforme constatado no levantamento dos dados, os mesmos possuem consciência quanto às suas práticas e reconhecem a importância da avaliação no contexto escolar para possíveis intervenções pedagógicas.

Longe de esgotar as possibilidades do tema proposto, acredita-se que este trabalho poderá instruir outras análises, já que o processo educacional é a cada dia ressignificado. Intencionando uma maior reflexão, referencia-se Beyer (2006), o qual contextualiza todos os conceitos atribuídos ao processo avaliativo:

[...] toda a avaliação é circular, englobando todos os sujeitos envolvidos no processo de ensinar na escola. Ninguém é ou deve se arvorar juiz do outro, porém é função dos professores assumirem plenamente sua posição de promotores da aprendizagem dos alunos, e, para isto, analisar todos os fatores implicados no sucesso ou na dificuldade da sua aprendizagem, perguntando-se constantemente: fiz o suficiente para que meus alunos aprendam? (BEYER, 2006, p.102)

Mediante todas as exposições realizadas, e sobre esta última menção é possível supor que a principal necessidade a ser constatada pelo docente, frente ao processo de avaliação para atendimento das necessidades educacionais especiais, está centrada na reflexão sobre o objetivo de avaliar.

Assim, para além de um processo meramente burocrático, a avaliação no contexto escolar, deve referir-se exclusivamente ao aluno, considerando para tanto todos os aspectos envolvidos em suas peculiaridades e especificidades. Os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com a escola, alunos, professores e a sociedade em geral, Stainback (1999), alega que a inclusão com sucesso requer adaptação dos programas e organização de processos que ocorrem nas escolas e das salas de aula. Portanto, o que importa para os alunos com deficiência é a oportunidade de adquirir habilidades sociais através da sua inclusão. Todos os alunos precisam de interações professor-aluno e aluno-aluno que construam habilidades acadêmicas e sociais.

REFERÊNCIAS

BARBY, A. M. **Inclusão de Alunos com Deficiência no Sistema Regular de Ensino: O Pensar dos Futuros Professores, Dissertação**, Curitiba, 2005/UFPR.

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola**, os alunos com necessidades educacionais especiais, 2ª Edição, Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BRASIL. **Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais**, subsídios de ensino, na reflexão de seus atuais modelos de avaliação. MEC/SEESP, 2002 e (MEC/SEESP, p. 35);

_____. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**, Brasília. 2001. Resolução CNE/CEB nº 2 , de 11 de setembro de 2001.

_____. **Necessidades Educacionais Especiais pelo Relatório Warnock – Revista Siglo Cero**, Nº 120, Julho – Agosto 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N. 9394/96. Brasília. 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Documento da SEESP/MEC de 07/01/2008.

_____. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2ª ed. Coordenação Geral. SEED/DEE. SEESP/MEC. Brasília – MEC – Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem; educação inclusiva/** Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **Temas em Educação Especial**. 2ª ed. Rio de Janeiro, WVA, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GIUSTA, A. da S. **Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas**. Revista Educ. Ver., Belo Horizonte, jul. 1985.

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed. Editora, 2001.

HOFFMAN, J. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtiva**. 11ª ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO. **Projeto Político Pedagógico**, da Escola Nélcí Felini – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial – APAE de Laranjeiras do Sul, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação/CEE. **Deliberação nº 02/2013**.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba. SEED/SUED/DEE, 2006.

_____. **Parecer 07/2014 – CEE/CEIF/CEMEP**, do Conselho Estadual de Educação que aprovou a Proposta de Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial.

STAINBACK, S. e W. **Inclusão**, Um Guia para Educadores, Editora : Artmed, Porto Alegre, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE: 1994.

VYGOTSKY, L. S. 1987. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.